

Parceria para Governo Aberto

Open Government Partnership - OGP

Revisão do Plano de Ação do Brasil
Diálogos Governo e Sociedade Civil

Manual do diálogo virtual

Brasília - 2012



Sumário

<i>O que é a Parceria para Governo Aberto (OGP)</i>	4
<i>Diálogos Governo e Sociedade Civil</i>	5
<i>Temas em debate</i>	7
<i>Compromissos no Plano de Ação Brasileiro</i>	11
<i>Como participar do Diálogo Virtual</i>	13
<i>Acordos de participação no Diálogo Virtual</i>	15
<i>Seleção de convidados do Diálogo Virtual para o Diálogo Presencial</i>	17
<i>Mobilização</i>	19



Lista de Siglas

AMARRIBO: Amigos Associados de Ribeirão Bonito
CESE: Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFEMEA: Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CGU: Controladoria-Geral da União
CIGA: Comitê Interministerial Governo Aberto
GOPAI-USP: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo
GT: Grupo de Trabalho
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA: Lei Orçamentária Anual
MC: Ministério das Comunicações
MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME: Ministério do Esporte
MEC: Ministério da Educação
MF: Ministério da Fazenda
MIN: Ministério da Integração Nacional
MJ: Ministério da Justiça
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS: Ministério da Previdência Social
MRE: Ministério das Relações Exteriores
MS: Ministério da Saúde
OGP: *Open Government Partnership* - Parceria para Governo Aberto
PDMA-FGV Direito RJ: Programa em Direito e Meio Ambiente da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas
PPA: Plano Plurianual
PR: Presidência da República
SDH: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECOM: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SG/PR: Secretaria Geral da Presidência da República
SINSEPE: Sindicato das Secretárias do Estado de Pernambuco
W3C: Consórcio *World Wide Web*

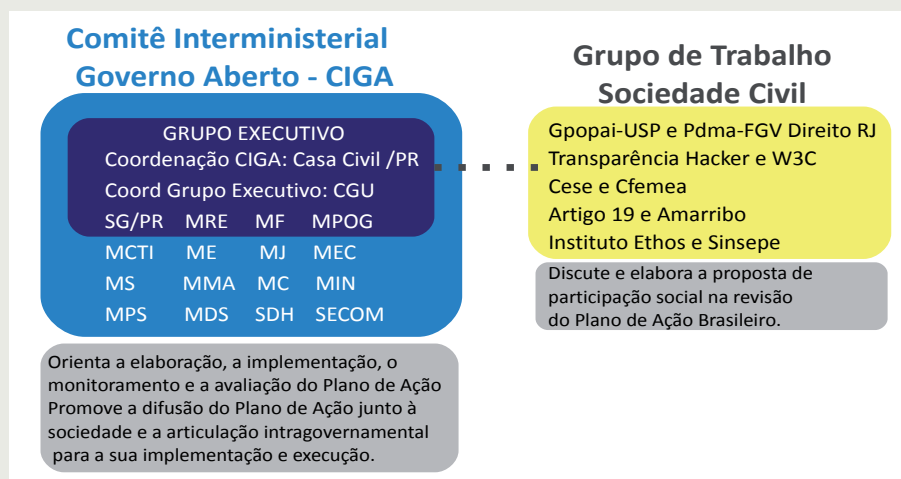
I O que é a Parceria para Governo Aberto (OGP)

A *Open Government Partnership* (OGP) ou Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa multilateral internacional que tem o objetivo de assegurar compromissos concretos de governos nas áreas de promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis. A iniciativa teve início em setembro de 2011 e atualmente conta com a participação de 58 países.

Os países têm como principal tarefa apresentar um Plano de Ação com os compromissos assumidos. Para tornar o processo mais democrático, a OGP promove a participação ativa da sociedade na construção do plano de ação e no acompanhamento de sua implementação. Um dos passos nesse sentido é a criação de espaços de debate dos planos de ação nacionais com a sociedade, espaços como a consulta “Diálogos Governo e Sociedade Civil no Brasil”.

No Brasil, a instância responsável pela implementação e atualização dos Planos de Ação é o Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA), criado por meio do Decreto Presidencial de 15 de setembro de 2011 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm). O CIGA é composto por 18 ministérios do Governo Federal e é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. No CIGA, há um Grupo Executivo com 6 ministérios, coordenado pela Controladoria-Geral da União. O Grupo Executivo coordena a implementação e a execução do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Em abril de 2012, durante a 1ª Conferência Anual da Parceria para Governo Aberto, foi criado o Grupo de Trabalho Sociedade Civil. Este GT, que reúne 10 organizações da sociedade civil, apóia o Grupo Executivo na elaboração da proposta de participação social na revisão do Plano de Ação Brasileiro.

Quadro da Governança do Brasil



2

Diálogos Governo e Sociedade Civil

O objetivo da consulta “Diálogos Governo e Sociedade Civil” é **criar um espaço de interação entre a população e o Governo Federal sobre o Plano de Ação Brasileiro** junto à Parceria para Governo Aberto - OGP. O governo quer escutar as ideias da sociedade civil e, a partir delas, elaborar um novo Plano de Ação.

Descrição das etapas do processo de revisão e construção do novo Plano de Ação.	
<p>I. Diálogo Virtual</p> <p>Período: 29/10 a 17/12/2012 Onde: na Internet, no ambiente virtual do e-Democracia, da Câmara dos Deputados (http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/inicio)</p>	<p>Nessa fase, a sociedade civil, em interação constante com servidores públicos federais, poderá enviar comentários sobre o balanço da implementação do atual Plano de Ação Brasileiro e elaborar até 15 propostas de possíveis compromissos para o novo Plano de Ação.</p>
<p>II. Diálogo Presencial</p> <p>Período: 30 e 31/01/2013 Onde: Brasília</p>	<p>Organizações da sociedade civil e convidados do diálogo virtual vão elaborar até 15 propostas de possíveis compromissos para o novo Plano de Ação Brasileiro, diferentes daquelas já apresentadas no diálogo virtual.</p>
<p>III. Construção do Novo Plano de Ação Brasileiro</p> <p>Período: fevereiro/2013 Onde: Brasília</p>	<p>As 30 propostas de possíveis compromissos elaboradas pela sociedade civil, sendo 15 do diálogo virtual e 15 do diálogo presencial, serão encaminhadas aos ministérios do Governo Federal. Após análises internas baseadas em critérios múltiplos (factibilidade, disponibilidade orçamentária, regulamentação legal, prioridade político-institucional, prazos, recursos humanos etc.) os ministérios apresentarão as propostas de compromissos a serem incorporadas ao novo Plano de Ação Brasileiro. A versão final do novo Plano de Ação Brasileiro será validada pelo Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA), que é a instância responsável pela implementação e atualização dos Planos de Ação para Governo Aberto do Brasil.</p>

<p>IV. Devolutiva Virtual</p> <p>Período: 01 a 27/3/2013</p> <p>Onde: na Internet, no ambiente virtual do e-Democracia, da Câmara dos Deputados (http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/inicio)</p>	<p>O novo Plano de Ação Brasileiro, bem como um relatório com as justificativas sobre a incorporação ou não das 30 propostas de compromissos apresentadas pela sociedade civil, estarão disponíveis no e-Democracia. Será um espaço para a interação entre os ministérios e a sociedade civil sobre os resultados apresentados.</p>
<p>V. Monitoramento do Plano de Ação Brasileiro</p> <p>Período: abril/2013</p>	<p>A sociedade civil poderá monitorar a implementação do plano de ação por meio de um sistema <i>online</i>. Também serão realizadas reuniões presenciais semestrais para balanço do Plano de Ação entre os membros do CIGA e integrantes do Grupo de Trabalho Sociedade Civil. Essas reuniões serão transmitidas <i>online</i>.</p>

3

Temas em debate

São 4 princípios

Espera-se que os compromissos assumidos no Plano de Ação reflitam e reforcem os princípios do governo aberto acordados entre os países. São eles:

- **Transparência:** ampliação do acesso a informações sobre as atividades governamentais. Os dados devem ser disponibilizados de maneira aberta e ampla, constantemente atualizados e devem ser de fácil acesso e compreensão.
- **Participação cidadã:** promoção da participação de cidadãos e cidadãs de forma igualitária e sem discriminação na tomada de decisões e na formulação de políticas, bem como no acompanhamento de sua implementação. A participação e o exercício do controle social por parte da população são essenciais para aumentar a eficácia dos governos e aprofundar a democracia.
- **Responsabilização e prestação de contas (accountability):** implementação dos mais altos padrões de integridade profissional nas administrações públicas. É importante que existam regras e mecanismos que obriguem os funcionários públicos a prestar contas e justificar suas ações, assim como a aceitar a responsabilidade quando houver falha em respeitar leis e compromissos assumidos.
- **Tecnologia e inovação:** incentivo para que os governos busquem soluções inovadoras, compreendam a importância de garantir amplo acesso da população a tecnologias da informação e comunicação, assim como busquem capacitar cidadãs e cidadãos para o uso destas. As novas tecnologias oferecem oportunidades para o compartilhamento de informações, permitindo que as pessoas entendam melhor o funcionamento de seus governos e influenciem suas decisões.

E 5 desafios

Os compromissos assumidos pelos países participantes da OGP estão estruturados em torno de 5 grandes desafios que os governos precisam enfrentar. Ao contrário dos princípios, que devem ser transversais e orientar as propostas de todos os países, os desafios se constituem de maneira mais flexível, pois espera-se que os compromissos assumidos reflitam os contextos únicos e capacidades institucionais distintas dos países. Os desafios são:

- **Melhoria da Prestação de Serviços Públicos:** medidas que visam aprimorar um amplo rol de serviços públicos oferecidos aos cidadãos como saúde, educação, justiça criminal, água, eletricidade, telecomunicações, entre outros. O objetivo é ampliar tanto a qualidade, quanto o acesso a esses serviços a partir do estímulo a métodos e soluções inovadoras.

- **Aumento da Integridade Pública:** ações ligadas à ética pública e combate à corrupção, acesso à informação, reforma de financiamento de campanha, liberdade da sociedade civil e da mídia.
- **Gestão Mais Efetiva dos Recursos Públicos:** envolve medidas que versam sobre gestão orçamentária, compras e licitações governamentais, gestão e preservação de recursos naturais, assistência internacional.
- **Criação de Comunidades Mais Seguras:** a partir de uma compreensão ampliada de segurança, esse desafio aborda não só a melhoria e ampliação da segurança pública no que refere a controle da violência e criminalidade, por exemplo, como também respostas a situações de crise e desastre, e a ameaças ambientais.
- **Aumento da Responsabilidade Corporativa:** estimular e garantir que as empresas e corporações sejam mais sensíveis ao contexto em que operam, atuando de maneira responsável em áreas como meio ambiente, combate à corrupção, proteção ao consumidor e engajamento comunitário.

Na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial (<http://www.consocial.cgu.gov.br/>), cuja etapa nacional foi realizada em maio de 2012, em Brasília, foram priorizadas 80 propostas/diretrizes dentre as milhares de propostas elaboradas num amplo processo de participação social em todo o País, sob o tema "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública". Dentre as 80 propostas priorizadas, destacamos aquelas que seguem os princípios de governo aberto, se enquadram em algum dos cinco desafios e se referem a ações da competência do Poder Executivo Federal. Esse conjunto de propostas objetivas, concretas e factíveis podem servir de ponto de partida para a elaboração de compromissos nos grandes desafios.

Desafio: Aumento da integridade pública

Tema central	Conteúdo da proposta	Número Proposta (CONSOCIAL)
Dados abertos	Desenvolver e implantar programa de capacitação para servidores públicos sobre dados abertos; Elaborar manuais de uso dos dados abertos.	47
Acesso à informação	Inventariar e publicar todos os dados e informações públicas, relacionando o conteúdo sigiloso; Fomentar a promulgação de leis municipais e estaduais de acesso à informação.	29
Acesso à informação	Criar sistema eletrônico interativo de acesso a informações sobre obras e gastos públicos, que permita a interposição de denúncias e reclamações.	21
Acesso à informação	Criar locais públicos para acesso aos portais da transparência e instalar terminais de acesso (totens ou pontos de acesso) em locais estratégicos; Capacitar a população no uso dos portais de transparência e mecanismos de acesso à informação; Sensibilizar e estimular a participação ativa da população no monitoramento e fiscalização da gestão pública.	2; 37

Sistema de Controle Interno	Vincular a liberação de recursos federais ao funcionamento de órgãos de controle interno nos estados e municípios.	198
Capacitação em controle social	Incluir a temática do controle social nos programas de capacitação gratuita a distância de instituições de ensino que já empregam essa modalidade; Promover parcerias entre órgãos de controle e universidades visando à realização campanhas lúdicas de conscientização e de capacitação.	102
Capacitação em controle social	Criar centros de capacitação e formação voltados à promoção da transparência e controle social; Criar Escolas da Cidadania, organizadas pela CGU, com programas adequados a pessoas de diferentes níveis de escolaridade; Criar escolas para a formação de lideranças comunitárias, em parceria com associações e movimentos sociais.	82
Empoderamento dos conselhos	Encaminhar aos conselhos os resultados das investigações realizadas pelos órgãos de controle; Informar ao conselho competente, de forma imediata, acerca das conclusões e apontamentos das auditorias realizadas nos órgãos e entidades da pasta correlata.	145
Capacitação de conselheiros	Promover cursos técnicos de formação em controle social, presenciais e a distância, específicos para conselheiros de políticas públicas.	82
Capacitação de conselheiros	Investir na formação permanente de conselheiros, membros de associações comunitárias, agentes públicos e representantes da sociedade civil em temas voltados ao controle social, por meio de parcerias com instituições de ensino e ONGs, priorizando a educação popular.	114
Gestão de documentos	Criar, estruturar e modernizar os arquivos públicos; Investir na formação de recursos humanos habilitados (arquivistas).	49
Consocial	Transformar o portal da 1ª Consocial em um portal permanente; Realizar a cada dois anos conferências para avaliar os resultados obtidos nas conferências anteriores; Promover conferências sobre transparência e controle social de quatro em quatro anos.	99

Desafio: Gestão mais efetiva dos recursos públicos

Tema central	Conteúdo da proposta	Número Proposta (CONSOCIAL)
Dados abertos	Vincular o repasse de recursos públicos à abertura de dados; Criar incentivos fiscais para o desenvolvimento de soluções e aplicativos para dados abertos.	47
Instâncias de participação e controle social - Conselho	Assegurar a participação dos conselhos na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	126
Orçamento participativo	Fomentar a participação da sociedade na elaboração das leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA); Instituir fóruns permanentes de discussão e acompanhamento do orçamento público.	79
Sistema Nacional de Auditoria do SUS	Estruturar e aparelhar o Sistema Nacional de Auditoria do SUS.	200

Desafio: Melhoria da prestação de serviços públicos

Tema central	Conteúdo da proposta	Número Proposta (CONSOCIAL)
Instâncias de participação e controle social - Ouvidorias	Divulgar as formas de acesso da população a ouvidorias; Articular as ouvidorias com o sistema de controle interno.	59
Observatórios Sociais	Fomentar a criação de Observatórios de Controle Social (OCS) em todos os municípios brasileiros.	94

Quer saber mais sobre cada desafio?

Participe dos bate-papos ao vivo com os especialistas. Veja a programação <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/bate-papo>. Assista aos vídeos, animações e conheça mais materiais na biblioteca virtual, disponível em <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/biblioteca-virtual>.

4

Compromissos no Plano de Ação Brasileiro

O que é um plano de ação?

Um plano de ação é um documento que delimita as estratégias e atividades a serem colocadas em prática para alcançar determinados objetivos. No caso da OGP, o Plano de Ação de cada país especifica quais são os seus compromissos concretos face aos desafios assumidos pelo país.

De maneira geral, a primeira parte do Plano de Ação contém um resumo dos esforços governamentais já existentes nas diversas áreas, destacando projetos e estratégias de governo aberto em andamento no país. Em seguida, passa-se à delimitação dos compromissos a serem realizados a partir daquele Plano. Esses compromissos devem estender as ações governamentais para além da linha de atuação atual no que se refere a cada desafio que o governo optou por enfrentar, dado o contexto específico do país.

Como foi elaborado o 1º Plano de Ação Brasileiro?

O 1º Plano de Ação, apresentado pelo Brasil em setembro de 2011, foi desenvolvido por meio de consultas a órgãos públicos do Poder Executivo Federal brasileiro, a entidades da sociedade civil, bem como ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão consultivo e colegiado vinculado à Controladoria-Geral da União, que conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil. Também foi realizado debate no âmbito do Congresso Nacional, em evento organizado pela Câmara dos Deputados reunindo órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade. Nesse momento de revisão do primeiro plano e construção do segundo o objetivo é ampliar o diálogo com a sociedade, de modo a tornar o processo ainda mais democrático.

Quais foram os principais compromissos assumidos no 1º Plano de Ação Brasileiro?

No 1º Plano de Ação, em vigor desde setembro de 2011, o Brasil estabeleceu compromissos em relação a quatro desafios: Melhoria da Prestação de Serviços Públicos, Aumento da Integridade Pública, Gestão Mais Efetiva de Recursos Públicos e Aumento da Responsabilidade Corporativa. O Plano buscou fortalecer o compromisso do país com a transparência dos atos governamentais, com a prevenção e o combate à corrupção e com os ideais democráticos de participação cidadã nos processos decisórios, incluindo, entre outras, as seguintes ações: reestruturação do Portal da Transparência, desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, implementação do Cadastro Empresa Pró-Ética, etc.

O que se espera de um compromisso no novo Plano de Ação?

Os compromissos podem desenvolver e aprofundar iniciativas já em prática, identificar novos passos para complementar projetos em andamento, assim como iniciar novas ações em áreas ainda pouco exploradas. Para que a proposta de compromisso sugerida pela sociedade civil seja consistente e factível, é importante responder a algumas perguntas:

- Que compromisso deve ser assumido pelo Brasil no plano de ação da OGP?
- Qual o objetivo desse compromisso? Quais os resultados esperados?
- Para efetivar esse compromisso, quais atividades podem ser realizadas pelo Governo Federal?
- Como verificar se esse compromisso foi cumprido?
- Qual o tempo necessário para a efetivação do compromisso – curto, médio ou longo prazo?

As propostas apresentadas devem estar em harmonia com os princípios da Parceria para Governo Aberto, se enquadrar em algum dos cinco desafios, condizer com a realidade do sistema jurídico-administrativo brasileiro, ser viáveis e se referir a ações cuja implementação seja da competência do Poder Executivo Federal, de abrangência nacional.

5

Como participar do Diálogo Virtual

O Diálogo Virtual acontece no Portal e-Democracia <http://edemocracia.camara.gov.br/>, da Câmara dos Deputados, com dados abertos disponíveis para *download* e referenciados no Portal <http://dados.org.br>

O cadastro é simples. Basta informar seu nome completo, e-mail e o estado onde mora para fazer parte do e-Democracia. Uma vez no Portal, é só acessar a Comunidade Diálogo Virtual OGP (<http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/inicio>) e participar. Caso precise de mais informações, acesse o tutorial, disponível em <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/biblioteca-virtual>.

O Diálogo Virtual acontece em quatro fases:

29/10 a 05/12/2012 - Fase 1: Balanço do atual Plano de Ação Brasileiro

Nessa fase, os participantes podem ler e comentar o 1º Plano de Ação Brasileiro, elaborado em 2011.

31/10 a 05/12/2012 - Fase 2: Criação de propostas

Nessa fase os participantes apresentam, discutem e organizam suas ideias em propostas, com o apoio de uma equipe de mediação.

Num ambiente próprio, os ministérios também apresentarão suas propostas, para receber comentários e sugestões da sociedade, num diálogo horizontal. Tendo como princípios valorizar e dar mais visibilidade às ideias oriundas da sociedade civil, as propostas advindas dos ministérios não integrarão o conjunto daquelas que serão priorizadas, mas poderão inspirar novas propostas elaboradas pela sociedade.

06 a 12/12/2012 - Fase 3: Redação de propostas

Depois de listadas as propostas de compromissos da sociedade civil para o Plano Brasileiro, este será o momento de afinar a redação de cada uma delas, por meio da ferramenta *wiki*, que permite a criação de textos de forma colaborativa.

14/12 a 17/12/2012 - Fase 4: Priorização de propostas.

Nessa etapa final, cada participante distribui até 25 pontos entre as propostas que considerar mais relevantes, sendo no máximo 5 pontos por proposta.

Todas as fases começam e terminam ao meio-dia

E depois?

As 15 propostas de compromissos melhor pontuadas no Diálogo Virtual (a proposta priorizada em primeiro lugar em cada desafio mais as 10 melhores colocadas no ranking geral de priorização) serão o ponto de partida para o Diálogo Presencial, que ocorrerá nos dias 30 e 31 de janeiro de 2013, em Brasília. As 15 propostas do Diálogo Virtual e as 15 propostas resultantes do Diálogo Presencial, num total de 30 propostas, serão analisadas pelos ministérios ao longo de fevereiro de 2013. Em março de 2013, você poderá verificar quais propostas foram incorporadas no Plano de Ação Brasileiro e, a partir de abril de 2013, acompanhar a sua implementação pelo sistema de monitoramento *online*. Para mais informações consulte o item 2 deste Manual.

6

Acordos de participação no Diálogo Virtual

Durante todas as etapas, cinco mediadores oferecem apoio aos participantes. Eles ajudam o grupo a organizar a conversa, a buscar mais informações sobre o assunto e a manter o foco da atividade. Além disso, servidores federais apoiarão os participantes no aprofundamento e aperfeiçoamento das propostas.

O Diálogo Virtual é uma atividade totalmente *online*. Para que as conversas e discussões sejam produtivas e respeitadas, propomos alguns acordos que preservam o bem-estar do espaço virtual.

Foco

- Ajude o grupo a não perder o foco e estar atento aos prazos.
- Seja direto, claro e simples. Frases longas e vocabulário complexo atrapalham o entendimento.
- Valorize o que é realmente importante nas discussões.

Cordialidade

- Esteja aberto a oferecer e a receber ideias.
- Tente sempre se colocar no lugar do outro.

Flexibilidade

- Aproveite sugestões e ideias dos outros.
- Se não estiver conseguindo se fazer entender, tente se expressar de outro modo.

Inclusão

- Todas as contribuições merecem ser consideradas.
- Todos podem aprender algo com os outros.

Atenção:

Mensagens que se enquadrem numa das categorias abaixo serão apagadas pelos mediadores:

1. *Material pornográfico ou atividades ilegais incluindo menores de 18 anos (segundo o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente);*
2. *Material e/ou linguagem grosseira ou ofensiva;*
3. *Prática, indução ou incitação de preconceito quanto à origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, crença religiosa ou qualquer outra forma de discriminação;*
4. *Material calunioso, abusivo ou que invada a privacidade de alguém;*
5. *Imagens e/ou linguagem obscena ou pornográfica;*
6. *Afirmações injuriosas ou difamatórias;*
7. *Informação sobre atividades ilegais e incitação ao crime;*
8. *Divulgar como próprio ou sem a devida autorização nomes, contatos e demais informações de terceiros;*
9. *Propaganda política para candidatos, partidos ou coligações, bem como propaganda a respeito de seus órgãos ou representantes;*
10. *Programas e arquivos que contenham vírus ou qualquer outro código mal intencionado;*
11. *Defesa ou estímulo a propaganda comercial, proselitismo religioso, spams;*
12. *Material que viole qualquer lei municipal, estadual ou federal do Brasil;*
13. *Material que configure crime virtual;*
14. *Demandas e pleitos pessoais ou institucionais.*

* A Controladoria-Geral da União e o E-democracia da Câmara dos Deputados se eximem de qualquer responsabilidade de danos que os participantes do Diálogo Virtual possam causar a terceiros. A punição a infratores será, no máximo, exclusão de sua conta no portal.

7

Seleção de convidados do Diálogo Virtual para o Diálogo Presencial

Cerca de 10¹ pessoas que tiverem uma participação efetiva na elaboração de propostas de compromissos ao longo do Diálogo Virtual serão convidadas a participar do Diálogo Presencial com organizações da sociedade civil, em Brasília, nos dias 30 e 31 de janeiro de 2013.

Os custos com transporte, alimentação e hospedagem de todos os participantes serão arcados pela organização do evento.

Os interessados em participar do encontro presencial “Diálogos Governo e Sociedade Civil – OGP”, nos dias 30 e 31/01/2013, deverão preencher um formulário que estará disponível no sítio <http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/CompromissosInternacionais/ogp/index.asp> até o dia 07/12/2012.

O Grupo Executivo do CIGA, com o apoio do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, fará a seleção dos convidados participantes do Diálogo Virtual sobre governo aberto. Os candidatos deverão atender ao seguinte requisito obrigatório, de caráter eliminatório:

- ter participado das três primeiras fases do Diálogo Virtual, a saber: Balanço do Plano de Ação (29/10 a 05/12/2012), Criação de Propostas (31/10 a 05/12/2012) e Redação das Propostas (06 a 12/12/2012).

Este critério será mensurado pela identificação de pelo menos uma postagem em cada uma das fases citadas.

Os candidatos que atenderem a esse requisito serão classificados em ordem decrescente de acordo com mensuração de sua interação e influência nos debates nos seguintes espaços de discussão:

- Balanço do Plano de Ação Brasileiro vigente.
- Fóruns temáticos para discutir ideias de propostas de compromissos para o novo Plano de Ação
- Wiki para redação das propostas.

A mensuração será realizada por meio de análise de sociogramas das redes sociais com base no banco de dados dos referidos espaços de discussão acima citados. Em caso de empate na última colocação, será utilizado como critério de classificação o candidato que tiver participado do maior número de

1 A quantidade exata de convidados será divulgada no site <http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/CompromissosInternacionais/ogp/index.asp> na segunda quinzena de novembro de 2012.

fóruns temáticos e da *wiki* para redação das propostas. Persistindo o empate, será utilizado o critério de maior idade para desempatar.

Postagens de assuntos não referentes ao debate em questão, mensagens ofensivas e postagens pouco relevantes para o objetivo dos debates serão desconsideradas, de acordo com a análise e decisão do comitê de seleção.

O resultado será apresentado em 17/12/2012 no sítio <http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/ogp/index.asp>.

8

Mobilização

O Diálogo Virtual é um processo aberto e que pretende receber o maior número de pessoas interessadas em conversar sobre os temas a serem debatidos. Para isso, existe uma série de ações de divulgação oficiais em sites e nas redes sociais. Contamos com cada cidadã e cidadão para colaborar nessa divulgação e trazer mais pessoas para essa conversa. Temos algumas sugestões de como fazer isso:

- publicar os vídeos, textos, e outros materiais interessantes nas redes sociais, sempre usando a tag #ogp-br e colando o link <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/inicio>.
- convidar mais pessoas para discutir um dos temas do diálogo virtual. Essa conversa pode ser à distância, cada um publicando suas opiniões em um fórum do Diálogo Virtual;
- escrever uma proposta sobre o tema que achar mais interessante da Parceria para Governo Aberto, publicar no facebook/orkut/twitter e pedir opiniões sobre a proposta, sempre usando a tag #ogp-br e colando o link <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/inicio>.
- além disso, após a realização do Diálogo Virtual será interessante acompanhar o resultado das propostas de compromissos elaboradas por meio do site <http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/ogp/>

G O V E R N O F E D E R A L

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

